



Análise de Género

NA MÍDIA MOÇAMBICANA • 2014

Uma Publicação do Programa Para Fortalecimento da Mídia



USAID
DO POVO AMERICANO



ANÁLISE DE GÉNERO NA MÍDIA MOÇAMBICANA 2014

Direitos de Autor © 2015 por IREX.

IREX/Moçambique
Av. Ho Chi Minh 1174
Maputo, Moçambique
E-mail: maputo@irex.org
Tel.: (+258) 21 320 090
www.irex.org.mz

Edição: Programa Para Fortalecimento da Mídia - IREX Moçambique

Assessoria em Género: Sílvia de Aquino

Revisão Editorial: Ricardo Fontes Mendes

Revisão Linguística: Julieta Langa

Fotos: Laque Francisco, Ricardo Fontes Mendes, Sérgio Albuquerque, Dércia Materula

Pesquisa e Análise: Alexandre Gavaza, Hassane Ibrahim, Ercília da Paz Justino

Estagiária: Matilde Muimela

Produção Gráfica: Elográfico

Tiragem: 600 exemplares

Nº de Registro: 8024/RLINLD/2015

Nota sobre direitos: É permitida a exibição, cópia e distribuição total ou parcial deste relatório, desde que: (a) os materiais sejam utilizados com o reconhecimento de que a “Análise de Género na Mídia Moçambicana 2014” é um produto da IREX financiado pela USAID; (b) O relatório seja utilizado somente para fins pessoais, não-comerciais e informativos; e (c) não se façam modificações ao texto.

Reconhecimento: Esta publicação foi possível graças ao apoio do Governo dos Estados Unidos da América, através da sua Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Análise de Género

NA MÍDIA MOÇAMBICANA • 2014

Índice

I. APRESENTAÇÃO	2
II. DEFINIÇÕES.....	4
III. GÉNERO E MÍDIA EM MOÇAMBIQUE.....	8
IV. ANÁLISE DA COBERTURA DA MÍDIA.....	12
V. REPORTAGENS SOBRE VBG.....	18
VI. TRÁFICO DE SERES HUMANOS.....	21
VII. ENTREVISTA ISABEL MANHIÇA (TIM).....	22
VIII. CONCLUSÕES.....	26
IX. RECOMENDAÇÕES.....	28
X. COMO SABER MAIS.....	30

I. APRESENTAÇÃO



O Programa Para Fortalecimento da Mídia, nesta sua terceira edição do relatório de Análise de Género na Mídia Moçambicana, avaliou 13 jornais impressos e electrónicos para identificar o estado da cobertura sobre o tema. Foram quatro a mais que no ano passado. No total, e em números absolutos, 94 peças foram identificadas em 2013. Em 2014, foram 139 reportagens e notícias. Proporcionalmente, considerando o aumento do número de jornais analisados, houve um crescimento de 24% no total de peças publicadas.

Dois factores combinados indicam que as questões de género estão sendo tratadas pelos jornalistas de maneira mais sistêmica, ou seja, como um problema nacional e não apenas de algumas localidades. No que diz respeito à abrangência geográfica dos conteúdos, em 2014, o total de peças de carácter nacional mais que triplicou. O segundo factor é que dos quatro critérios observados através da Ferramenta de Análise de Conteúdos (MCAT), utilizada pela IREX, Relevância e Estrutura das peças atingiram o nível quatro, ou bom. Até 2013, a pontuação havia chegado apenas no nível três, aceitável.

O aumento no número de artigos classificados pela equipe de monitoria e avaliação da IREX foi de 73%, o que exigiu uma revisão metodológica para dar uniformidade comparativa às 139 peças, das quais 66 foram escolhidas para a análise de conteúdo, com base em critérios objectivos. Há ainda avanços que vão muito além dos números.

Tendo em conta o funcionamento das redacções dos jornais, este relatório é um indicativo importante de que houve um amadurecimento na abordagem dada pelos jornalistas ao assunto. Repórteres e editores parecem lançar um olhar mais integrado, no contexto do que o tema representa para o país como um todo, ainda que seja necessário investir cada vez mais para melhorar aspectos como diversidade de fontes e imparcialidade.

Esta terceira edição do relatório de Análise de Género na Mídia Moçambicana conta também com uma avaliação feita por cinco jornalistas de televisão, rádio e jornal, além de dois representantes de organizações da sociedade civil. Estes profissionais participaram do workshop realizado pelo Programa Para Fortalecimento da Mídia, em março de 2015. Eles apresentaram contribuições valiosas, recomendações de como evoluir ainda mais na cobertura de Género nos próximos anos.



Arild Drivdal, Representante da IREX

II. DEFINIÇÕES



Um bom jornalismo é plural, equilibrado e baseado na verificação dos factos. Implica também uma actuação sensível à dimensão de Género e às questões específicas relacionadas com a cobertura sobre Violência Baseada no Género (VBG). Para compreender a análise a seguir é importante conhecer alguns conceitos usados aqui:

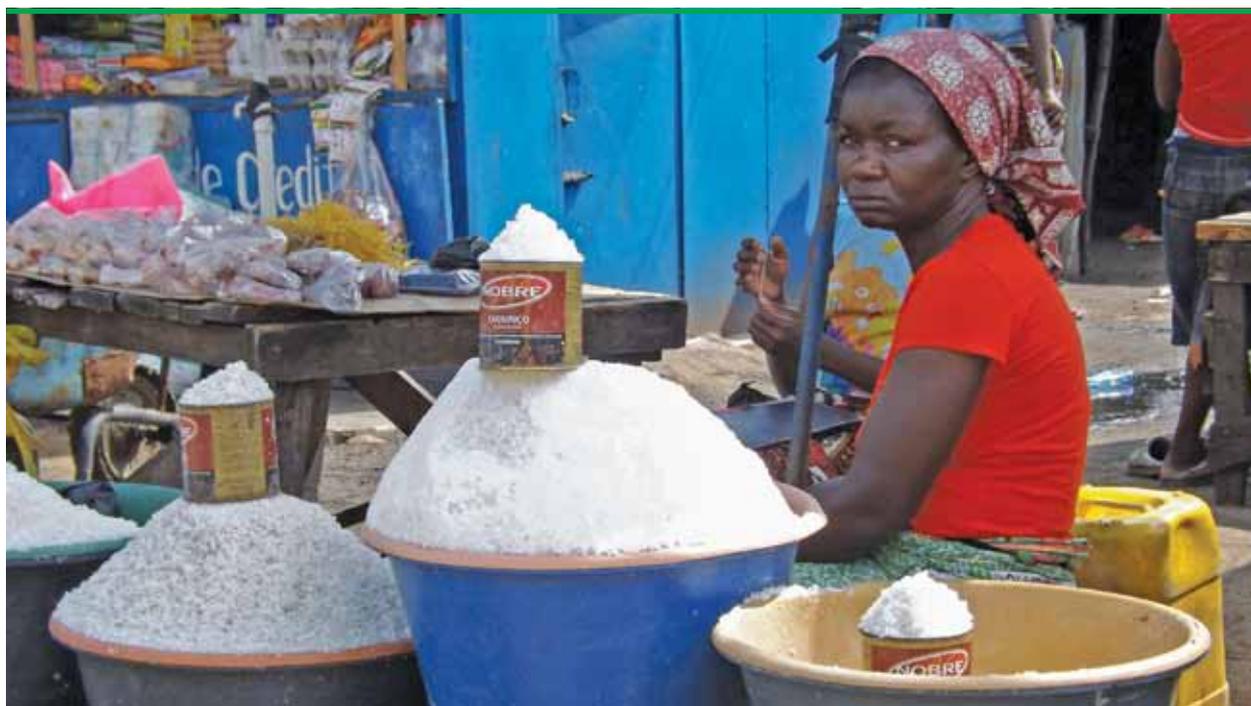
MCAT

Sigla que, em português, significa Ferramenta de Análise de Conteúdo. Este instrumento continua a ser utilizado pela IREX para classificar os artigos de acordo com quatro factores específicos: fontes, imparcialidade (ou equilíbrio de informações), estrutura e relevância. A MCAT utiliza um sistema de pontuação uniforme para classificar a

qualidade dos artigos, em que 5 é Excelente; 4, Bom; 3; Aceitável; 2, Mau e 1 Ausente. Este sistema de pontuação foi aplicado em todos os textos, de modo a estabelecer uma comparação a partir de um único conjunto de parâmetros. Para efeito de interpretação, uma pontuação de 3,5 ou 70% indica que os jornalistas alcançaram as metas básicas quanto à qualidade editorial.

Ponderação matemática

É um cálculo utilizado para conferir a proporcionalidade a diferentes categorias representadas por números. Permite comparar a representação de veículos diários (Notícias, O País e Diário de Moçambique) com os semanários, evitando-se distorções de interpretação.



Vendedora de sal no Mercado de Chamanculo, em Maputo.

Género

Refere-se a uma série de convenções sociais que indicam a mulheres e homens (raparigas e rapazes) como se devem portar. Este conceito tem uma relação directa com os estereótipos de feminino e de masculino. Historicamente, esses códigos criam e reproduzem diferenças substantivas na forma como responsabilidades, oportunidades e direitos são vividos, com prejuízo para as mulheres e as raparigas como, por exemplo, a violência sexual.

Violência Baseada no Género (VBG)

É a violência dirigida a um indivíduo, mulher ou homem (rapaz ou rapariga), exercida tanto no espaço público como no privado, baseada no seu sexo biológico e/ou na sua identidade de género. Tem relação directa com a pressão social que é exercida para que se adira às convenções sobre o que é feminino e masculino; mulher e homem; rapariga e rapaz. Por isso, a violência baseada no género inclui agressões não só a mulheres e raparigas. Homens e rapazes homossexuais – ou que não são vistos como masculinos em seus comportamentos – sofrem esse tipo de violência.

Violência contra Mulheres e Raparigas

É um tipo de violência relacionado também com estereótipos. Por exemplo, muitas raparigas deixam a escola para se casar prematuramente. Apesar de isto prejudicá-las, em certas realidades é socialmente muito mais aceitável que estas jovens estejam casadas e dentro do espaço doméstico, do que a estudar ou a trabalhar.

Violência Doméstica

Este conceito está intimamente ligado à VBG. Geralmente é utilizado para que se faça entender onde ocorreu a violência. Parte significativa das agressões sofridas por mulheres e crianças acontece na casa da vítima.

Violência Familiar

É uma expressão também ligada à VBG e à violência contra a mulher. Sabe-se que, na maioria das vezes, são pessoas da família, parceiros e ex-parceiros que exercem violência contra mulheres e crianças. O conceito toca, portanto, a relação existente entre a vítima e o agressor.

Existem formas através das quais esses tipos de violência se manifestam. Não são as únicas e nem estão totalmente separadas entre si. Ao sofrer uma agressão física, como um soco ou um empurrão, existe o elemento psicológico, o trauma emocional para a vítima.

Possíveis Formas de Manifestação da Violência Baseada no Género:

- Física
- Sexual
- Psicológica
- Moral
- Patrimonial



Códigos sociais reproduzem diferenças na forma como responsabilidades, oportunidades e direitos são vividos.

Para saber mais:

Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro. **Lei contra a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.** Boletim da República, Publicação Oficial da República de Moçambique, 2º Suplemento, I-Série, Número 38. Disponível em: http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Lei_VD_2009.pdf

III. GÉNERO E MÍDIA EM MOÇAMBIQUE



*Olívia Massango (SOICO)
e Eva Trindade (TVM) em
workshop da IREX.*

Em África, a prevalência de violência física e/ou sexual na vida das mulheres é de 36,6% (OMS, 2013). Em Maputo, dados do Gabinete de Atendimento à Família e Menores Vítima da Violência mostram que, entre 2006 e 2010, 60% dos casos reportados se referiam à violência contra mulheres. No ano de 2014, as queixas levadas ao Gabinete apontaram que:

- foram registados 1.309 casos de violência física;
- 80% (1.048) foi cometida contra mulheres, a partir dos 18 anos;
- foram registados 357 casos de violência psicológica;
- 83% (296) foi cometida contra mulheres e raparigas, a partir dos 13 anos de idade.

Embora indiquem o alcance que o debate sobre o tema atingiu na esfera pública, estes números ainda não representam plenamente a realidade.

Existe uma tendência de os assuntos relacionados com mulheres e raparigas, como é o caso da violência, serem considerados privados. A mídia é parte integrante do processo para divulgar cada vez mais as informações sobre género.

Seria mais difícil acompanhar e participar de um cenário de discussões sobre os direitos das mulheres e raparigas se não fosse o papel primordial da mídia na produção e divulgação de informação. Portanto, género e mídia estão interligados.

O primeiro Fórum Global em Mídia e Género realizado em dezembro de 2013, em Bangkok, na Tailândia explicitou a relação entre a produção de notícias e a promoção da igualdade e do empoderamento das mulheres e raparigas. Com isso, o fórum dava seguimento a uma série de compromissos internacionais anteriores, entre eles os Objetivos do Milénio e a Declaração e Plataforma de Acção de Beijing.

O envolvimento da mídia na expansão da participação e acesso das mulheres à informação é prioridade global, tanto para ela se expressar, quanto para consumir. Assim, é cada vez mais relevante sensibilizar a mídia sobre as questões de género e de VBG, para a prática de um jornalismo sem estereótipos e com equilíbrio de perspectivas e representações.

Em Março de 2015, o Programa Para Fortalecimento da Mídia (MSP) organizou o Workshop Género na Agenda da Mídia, em que participaram cinco jornalistas de televisão, rádio e jornal impresso e dois representantes de organizações da sociedade civil. Foram discutidas lacunas de conhecimento e possíveis acções com base no papel dos profissionais de mídia. Fez-se uma avaliação do que foi a cobertura de género, em Moçambique, durante o ano de 2014. Desse encontro, destacam-se as observações que se seguem.



Produção de conteúdos para exibição nacional em canal de TV.

O papel de profissionais de mídia na cobertura de género e VBG

Nem sempre o público a quem se dirige a informação conhece os assuntos abordados. Os textos jornalísticos devem, portanto, contribuir para contextualizar a matéria e situar o assunto de acordo com as leis e os serviços existentes.

Os jornalistas nem sempre têm conhecimento sobre o que vão encontrar no campo, portanto um investimento na pré-recolha, com a identificação de referências sobre o tema, dados estatísticos, organizações e especialistas em género e VBG é fundamental.

Há desafios nas redacções, como a distribuição de pautas por sexo. Pelo seu papel, o editor detém um poder sobre os tipos de notícias a serem produzidas e divulgadas, sobre quem fará o material e de que maneira. A preparação desses profissionais que ocupam cargos de chefia é essencial para uma mudança na abordagem de casos de VBG.

A elaboração do texto

O texto jornalístico necessita de uma maior atenção quanto à forma, estrutura e ênfase. Além disso, o tratamento das matérias sobre género e VBG exige cuidado diferenciado no tratamento das falas das vítimas.

As reportagens sobre género e VBG têm se caracterizado predominantemente por descrições de factos, sem interferência de dados que possam ampliar a perspectiva sobre essas questões. É preciso lembrar que o material jornalístico influencia opiniões e comportamentos. Por isso, o equilíbrio de versões é parte intrínseca da produção de peças.

Falar dos acusados igualmente inspira atenção. Identificá-los a partir de características, como nacionalidade, raça, idade, etc – e não pelo nome –, também contribui para a construção de estereótipos.

O tratamento das fontes

O grupo avaliou que quando os textos jornalísticos descrevem, directa e indirectamente, os agressores e as vítimas, acabam permitindo que as mulheres ou raparigas sejam facilmente identificados. A selecção de fontes e o uso de suas falas pode contribuir para diminuir a gravidade de casos de VBG e para retratar vítimas como coniventes. Nota-se ainda que o discurso dos agressores é apresentado como aquele que tem maior credibilidade do que o das vítimas.

Existem dificuldades de acesso a determinadas fontes e, por vezes, a informação dada não é consistente. Por isto também, as organizações da sociedade civil que trabalham em questões de género e VBG devem desenvolver habilidades práticas para lidar com a imprensa. Isto é especialmente importante porque, em geral, fontes oficiais não são confrontadas com dados de outras fontes ou com informações relevantes.

A partir das contribuições acima, foram sinalizadas sugestões de acções, tais como: realizar treinamentos dentro das redacções em género e VBG para jornalistas, incluindo o aspecto legal; discutir a importância de identificar e analisar dados estatísticos (Jornalismo de Dados) e oferecer dicas para protecção de vítimas. Por causa da fraca adesão dos editores aos debates externos à redacção, o grupo recomendou promover actividades dentro da rotina das empresas de mídia.



Equipe da Televisão Independente de Moçambique entrevista cidadã.

Para saber mais:

First Global Forum on Gender and Media, 2013 - Final Statement. http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/Events/final_statement_gfmg.pdf

Recomendações para uma Abordagem de Qualidade sobre Género e VBG, ao final deste Relatório.



IV. ANÁLISE DA COBERTURA DA MÍDIA

*Desigualdade de
género atravessa
gerações*

Esta Análise da Cobertura de Género na Mídia Moçambicana introduz mudanças metodológicas em relação aos relatórios de 2012 e 2013. Tanto a ferramenta MCAT, como algumas classificações e tipologias foram aperfeiçoadas para permitir uma avaliação mais objectiva e contextualizada.

A quantidade de jornais analisados aumentou 47%, passando de nove para 13 publicações. Em números absolutos, o volume de textos recolhido também teve um crescimento. Em 2013, foram 94. Já em 2014, foram identificadas 139 peças jornalísticas.

Uma amostra de 66 textos, matematicamente ponderada, foi calculada para garantir precisão na análise, conferindo uniformidade ao material e permitindo comparações entre jornais semanários e os diários.

As nove categorias de textos utilizadas no relatório anterior (emancipação da mulher, violência doméstica, educação, política, saúde, social, violência contra a mulher, leis e violência contra crianças), foram consolidadas em três: Género, Violência Baseada no Género e Tráfico de Pessoas. Elas estão alinhadas com os temas transversais do MSP. O processo de análise da cobertura de género teve cinco etapas:

1. Leitura das peças e classificação por temas-chaves;
2. Categorização;
3. Análise dos conteúdos;
4. Identificação de padrões e discrepâncias;
5. Consolidação de resultados e de análise.

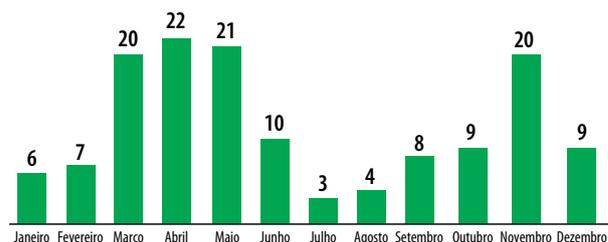
Principais constatações

Das três categorias para classificação dos textos, a que teve maior número de conteúdos foi a VBG, com 41 peças. Em seguida vem Género, com 26 e Tráfico de Pessoas com oito (subcategoria de VBG). Os números sinalizam que há uma

preocupação cada vez maior para com a VBG, apesar de as datas comemorativas ou matérias positivas ainda ocuparem espaço relevante. Há necessidade de a mídia ter a sua própria agenda, aprofundando os factos na perspectiva de apontar soluções.

Artigos por meses

em números absolutos



A distribuição das peças, durante o ano de 2014, aponta que não há regularidade de publicação consolidada, ou seja, que a mídia não tem uma agenda própria sobre os temas, limitando-se ao registo factual, não explorando o jornalismo investigativo e a reportagem aprofundada.

Artigos por Área de Cobertura

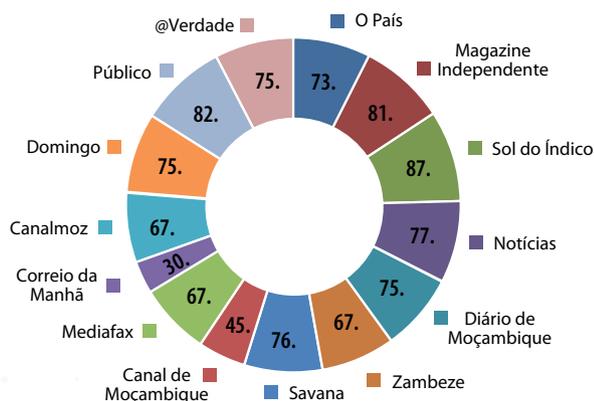
em números absolutos



Quanto à abrangência territorial, o número de reportagens nacionais triplicou (crescimento de 325%), quando se compara 2013 com 2014, observada a ponderação matemática. Este é um indicativo de que as redacções atingiram um nível maior de preocupação com as matérias sobre género e VBG num contexto que percebem o problema como sistémico.

Nos relatórios anteriores, na média, as reportagens eram consideradas aceitáveis. Neste relatório, tomando como base os quatro critérios de análise do MCAT, Relevância e Estrutura ficaram acima dos 70% desejáveis, respectivamente com 80,1 e 87,4%.

Pontuação no MCAT por jornais analisados em 2014



No total, 139 peças foram identificadas em uma mostra de 13 jornais.

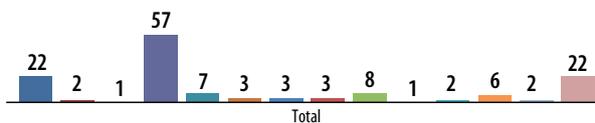
Metodologia

A análise foi feita a partir do cruzamento de duas leituras dos textos jornalísticos selecionados. A primeira concentrou-se nos dados do MCAT. Já a segunda avaliação focou nas perspectivas de género e de VBG, conforme os conceitos no item Definições deste relatório.

Foram reunidas 139 peças jornalísticas, das mídias impressa e eletrónica moçambicanas, diárias e semanais, sobre género e VBG (Tráfico de Pessoas é uma subcategoria de VBG), pela equipe de Monitoria e Avaliação (M&A). Esse material foi sendo organizado de mês a mês, cada peça escaneada e submetida ao MCAT.

Artigos publicados

em números absolutos



Foram, então, escolhidas as peças que ficaram dentro do conjunto. No caso do Notícias, em que foram identificadas 54 reportagens sobre género e VBG, para o ano de 2014, a escolha foi de nove – número que evidencia a participação proporcional desse veículo no conjunto de reportagens compiladas.

Para a selecção desses nove textos jornalísticos, adoptamos o seguinte critério: identificação de quatro peças com maior pontuação, segundo o MCAT, quatro peças com a menor pontuação e uma de pontuação média. O mesmo foi feito para o caso de O País, em que o resultado da

ponderação foi de 18 reportagens e deveríamos trabalhar com cinco; e com o Diário de Moçambique, que de sete peças, em números absolutos, passou para um texto, após a ponderação matemática.

Veículos de Mídia analisados em 2014		Número de Peças Analisadas após Ponderação	
Impressos	Diário de Moçambique	1	
	Notícias	9	
	O País	5	
Diários	Domingo	6	
	Canal de Moçambique	3	
	Savana	3	
	Zambeze	3	
	Magazine Independente	2	
	Público	2	
	Canal Moz	1	
	@Verdade	22	
	Eletrônicos	Mediafax	8
	Total	13 mídias	66 peças

As 66 peças foram publicadas ao longo do ano, não havendo nenhum mês sem uma notícia sobre Género ou VBG. Porém, mais da metade se concentrou no primeiro semestre, com 57,6% (38) nesse período, em especial no mês de Abril com 12 reportagens, quando se celebra o Dia da Mulher Moçambicana. Há uma concentração de publicação de peças, também, nos meses de novembro (09), março (08) e maio (08). Ou seja, 56% (37) das matérias sobre género e VBG geradas em 2014 foram publicadas nesses 04 meses.

@Verdade, Notícias e Mediafax publicaram mais matérias, seguindo a tendência de maior movimento de publicação no primeiro semestre:

	1 semestre 2014	2 semestre 2014	
@Verdade	17	04	22
Notícias	01	08	09
Mediafax	08	00	08
Total	26	12	39

Esses três veículos acumularam 59% das matérias publicadas sobre género e VBG no ano passado, e mais da metade delas (26) saiu entre Janeiro e Junho. Em termos de pontuação no MCAT, alcançaram médias de 66,7% para o Mediafax, 74,7% para o @Verdade e 80% para o Notícias. No entanto, quanto às pontuações mínimas e máximas, se posicionaram da seguinte forma:

Mídia/Pontuação MCAT (%)	Mínima	Máxima	Média
@Verdade	53	95	74,7
Notícias	42	100	80
Mediafax	60	73	66,7

A seguir, as reportagens passaram de um enquadramento mensal para uma categorização temática. A elaboração das categorias temáticas obedeceu ao interesse primordial deste Relatório, qual seja o de examinar a cobertura jornalística de peças jornalísticas sobre género e VBG, tendo em conta os assuntos mais destacados pela mídia moçambicana.

Nas reportagens que abordaram a VBG (41), a maior ênfase dada por profissionais de mídia em 2014 foi sobre

casamentos prematuros, violência sexual contra mulheres e raparigas, violência doméstica, discussões sobre o novo Código Penal, abandono dos estudos por raparigas devido à sobrecarga de tarefas domésticas. Além de oito matérias sobre o tráfico de pessoas.

Dentro da abordagem sobre género, foram encontradas 25 peças sobre empreendedorismo, profissionais de referência, conquistas, participação política, formação profissional.

Três delas foram entrevistas, com tamanhos que superam uma página, publicadas por três veículos diferentes (Savana, @Verdade, Domingo). A primeira foi divulgada em Janeiro, com uma pianista moçambicana que alcançou reconhecimento fora do país. As outras duas em abril, com uma ex-combatente na luta pela Independência de Moçambique e uma ex-árbitra de futebol, respectivamente.

O veículo que mais publicou sobre Género foi o Notícias, com 66% das matérias divulgadas em 2014, com pontuações MCAT que variam de 42% a 100%. Esses textos foram gerados a partir de eventos oficiais e/ou do partido da situação, tais como pronunciamentos da Presidência da República, lançamento de publicações produzidas pelo Governo, visita da Primeira Dama a outro país. Três delas foram elaboradas com base em informações oficiais, sem recurso a outras fontes e três incluíram fontes oficiais e não-oficiais, porém, o eixo discursivo das matérias não ultrapassou a perspectiva do Governo.

As demais peças que priorizaram uma abordagem de género (19) ficaram distribuídas entre os outros veículos, com uma concentração de cinco delas em o Domingo. Zambeze publicou três textos. @Verdade, Público e Magazine Independente publicaram duas, em 2014. Zambeze e Magazine Independente publicaram duas, cada um. Essas peças foram geradas a partir de eventos oficiais e não oficiais (oito), dias de celebração nacional

e internacional (três), divulgação de dados oficiais e não oficiais (dois) e as eleições de Outubro (dois). Seis delas basearam-se em fontes oficiais, somente nove utilizaram fontes oficiais e não oficiais, com espaço para depoimentos de personagens da sociedade civil.

Apesar de esta abordagem apontar aspectos de participação social e política activa de mulheres, foram identificados trechos que demonstraram prevalecer um olhar ainda marcado por estereótipos de género por parte de jornalistas:

“Como uma boa mulher, no seu lar, a (senhora) dedica-se aos afazeres domésticos” (Mulher festeja seu dia contando conquistas, Domingo, 07/4)

Ou que revelam uma realidade vivida por mulheres, não explorada por quem produziu a matéria, com a inclusão de vozes qualificadas (especialistas e/ou organizações da sociedade civil) para propor um debate ou acrescentar outras perspectivas a respeito:

“A fonte conta que ainda existem homens que não concordam com a participação da mulher na vida política, facto que desencoraja a entrada de mais mulheres nessa área” (Mulheres clamam pela participação activa e igualdade de oportunidades, Sol do Índico, 19/9)

“Focalizamos a área feminina porque achamos que a mulher é o ponto central da família (...) ela merece ver uma programação com um pouco de tudo que ela gosta de ver, tais como Beleza, moda, Novelas, séries, reality shows (...)” (sic) (Fonte ouvida para a matéria Tv Sucesso entra no mercado com atenções nas mulheres, Público, 01/12)

Chamou a atenção, ainda, o facto de que das 25 peças, somente 05 delas abriram espaço para fontes do sexo feminino não vinculadas ao Governo ou a organizações da sociedade civil.



Mulheres chefes de família vendem produtos em esrada enquanto cuidam de seus filhos: dupla jornada de trabalho.

Para saber mais:

É possível um jornalismo com perspectiva de gênero?, Maíra Kubík Mano, Blog Território de Maíra, 10/72012. <http://mairakubik.cartacapital.com.br/2012/07/10/e-possivel-um-jornalismo-com-perspectiva-de-genero/>

V. REPORTAGENS SOBRE VBG



Neste item, são apresentados os resultados encontrados na análise das peças jornalísticas (41) que abordaram a VBG. Esse material correspondeu a mais da metade (66%) das reportagens publicadas entre género e VBG, apresentando a seguinte distribuição conforme os veículos de mídia observados:

Mídia	Número de peças publicadas
@Verdade	20
Mediafax	08
O País	04
Notícias	03
Canal de Moçambique	02
Savana	02
Canal Moz	01
Domingo	01
08 mídias	41

@Verdade foi o veículo que mais publicou sobre o tema em foco, com 20 reportagens (49%), seguido por Medifax que produziu oito textos (19,5%). A tabela acima, mostra que dos 13 veículos analisados para este Relatório, cinco não publicaram nenhum material sobre VBG durante o ano de 2014; e dois não haviam gerado conteúdo sobre o tema, em 2013.

A maior parte dos textos foi publicada no primeiro semestre, num total de 28 peças (68,3%). Em geral, as 41 peças apresentaram as seguintes tendências temáticas, conforme ordem de destaque dada pela mídia:

- Violência Sexual contra Crianças, com ênfase para a vitimação de raparigas, em primeiro lugar e, em seguida, de mulheres;
 - ▶ Dentro desse tipo de cobertura, foram discutidos a revisão do novo Código Penal e a aplicação do

Protocolo Médico de Assistência às Vítimas de Violência Sexual.

- Casamentos Prematuros;
 - ▶ Com ênfase para a relação entre este fenómeno e o abandono de estudos por parte de raparigas e ritos de iniciação.
- Violência contra Mulheres;
 - ▶ Com ênfase para violência doméstica;
 - ▶ Dia 25 de Novembro – Dia Internacional de Luta contra a Violência Contra a Mulher (Campanha Internacional 16 Dias de Ativismo).
- Demais assuntos tratados:
 - ▶ Menor presença de raparigas nas escolas nas regiões Centro e Norte, em comparação com a região Sul;
 - ▶ Casamento como elemento de limitação da autonomia das mulheres;
 - ▶ Direitos das minorias sexuais violados;
 - ▶ Homens violentados pelas esposas.

No que se refere ao jornal que mais matérias sobre VBG publicou, o @Verdade teve pontuações MCAT entre 53% e 95%, atingindo uma média de 74,75%. As peças foram geradas tanto a partir de eventos, como de casos e debates provocados por organizações da sociedade civil.

Cinco dos 20 materiais basearam-se somente em fontes oficiais. Os demais incluíram fontes não-oficiais, organizações da sociedade civil, pessoas e lideranças da comunidade, vítimas de violência e familiares destas.

Nove peças trouxeram informações a respeito de leis, protocolo de atendimento e orientações para vítimas de VBG. Neste aspecto, destacaram-se a revisão do novo Código Penal, com inclusão dos artigos que mais suscitarão questionamentos por parte de organizações da sociedade

civil; o artigo 121 da Constituição da República que coíbe casamentos prematuros e o Protocolo Médico de Assistência às Vítimas de Violência Sexual.

Esses são aspectos positivos. Entretanto, é preciso registrar também que determinadas reportagens apresentaram fragilidades, as quais são referências para o que foi encontrado nos outros textos. Essas fragilidades correspondem à não apuração, questionamento e/ou seguimento, em relação a casos de VBG.

Fontes da sociedade civil relataram que a Polícia não procedeu à investigação da violência. Vítimas de violência dizem ter recorrido à Polícia por diversas vezes, mas não tiveram retorno sobre as denúncias feitas. Serviços de saúde não atenderam vítimas de violência, deixando-as à espera por horas e/ou recomendando que voltassem para casa.

Quanto à responsabilidade pelo cumprimento do Protocolo Médico de Assistência às Vítimas de Violência Sexual e a responsabilidade do sector da Justiça – nenhuma fonte vinculada ao Judiciário foi contactada.

É necessário dizer que há identificação, ainda que indirecta, da vítima de violência sexual através de dados sobre o município e o bairro ou a comunidade onde ela vive. Ela está associada às descrições sobre idade, relação de parentesco entre vítima e agressor, local exacto onde ocorreu a violação, entre outros elementos, os quais dão margem ao reconhecimento por aquelas pessoas que moram nas imediações.

O Mediafax, segue o @Verdade, em termos de número de peças jornalísticas publicadas em 2014, e apresenta uma pontuação MCAT que variou entre 60% e 73%, com uma média de 66,75%.

Na cobertura sobre VBG, o assunto de destaque seguiu a tendência do conjunto de veículos de mídia analisados:

violência sexual contra raparigas e mulheres com seis textos e dois sobre violência doméstica.

Além dos pontos acima, outros foram identificados na leitura do Mediafax. Eles podem ser considerados indicativos do que ocorre nos textos jornalísticos de outros veículos:

- Uso de linguagem incorreta para descrição do que é um acto de violência, no caso sexual: “... praticou relações sexuais...”. É crime, violação;
- Uso de uma descrição desrespeitosa da vítima, tal como afirmar que a violação de mulheres idosas é algo “caricato”, dando a impressão de que a violência sexual está vinculada ao que se considera atractivo sexualmente;
- Não basta ouvir fontes oficiais, sob o risco de falha no equilíbrio de uma abordagem que se pretende justa, o que supõe a voz dos vários personagens e sectores relativos à notícia em foco;
- A escuta das fontes, em especial as oficiais, carece de uma pré-apuração das responsabilidades de quem é entrevistado. A informação divulgada fica incompleta para o público.



Mulheres e raparigas precisam ser ouvidas nas reportagens.

VI. TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Esse assunto foi abordado em oito peças jornalísticas, em 2014, por três veículos de comunicação: O País (cinco), Notícias (dois) e Correio da Manhã (um), que atingiram pontuação MCAT entre 30% e 92%.

Em cinco textos, a ênfase foi o tráfico de mulheres e crianças para exploração sexual e trabalho ilegal. As fontes utilizadas foram as oficiais, de organizações internacionais, com a inclusão de depoimentos de vítimas.

Foram relatados casos de tráfico para fora do país (África do Sul) e internos, em que foram trazidas pessoas das províncias para a capital moçambicana. Em cinco peças, foram inseridas informações de contexto, legislação e dados estatísticos.

Para saber mais:

Constituição da República de Moçambique, 2014.

http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/constituicao_republica/constituicao.pdf

Lei da Revisão do Código Penal (Lei n. 35/2014).

http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Lei-35_2014Codigo_Penal.pdf

Guia para Atendimento Integrado às Vítimas de Violência. Ministério da Saúde, Direcção Nacional de Assistência Médica.

http://reprolineplus.org/system/files/resources/GBV_Guide_Pt.pdf



Cultura, tradições e pobreza diminuem a oportunidades para raparigas.



VII. ENTREVISTA ISABEL MANHIÇA (TIM)

Isabel Manhiça é jornalista da Televisão Independente de Moçambique e uma das profissionais de mídia que participou do workshop do Programa Para Fortalecimento da Mídia no dia 12 de Março de 2015. O encontro, que também contou com a colaboração de Eva Trindade (TVM), Conceição Vitorino (Joornal Catembe), Olívia Massango (Grupo SOICO), Célia Mahadjene (Rádio Moçambique), Rosalina Nhachote (MOVFEMME), Carina Capitine (LAMBDA), teve como um dos seus objetivos colher contribuições e consolidar a avaliação de 2014 sobre o estado da cobertura de género em Moçambique. Nesta entrevista, Isabel fala sobre quais cuidados toma ao realizar reportagens sobre o assunto e afirma a importância de sensibilizar editores.

Quando você tem que lidar com uma notícia sobre género ou violência baseada no género (VBG) há alguma preparação diferente em comparação com outros tipos de peças jornalísticas?

A visão é outra, não é uma peça normal, sobretudo violência doméstica ou violação sexual. Dou mais atenção. Tenho muito mais cuidado. Talvez por isso recebemos críticas dos homens. Eles dizem: “vocês fazem isso porque são mulheres”. Eu gostaria de ver homens envolvidos, a fazerem matérias sobre género, porque acho que iria ajudar a melhorar. Para uma jornalista mulher há sempre a tendência de nos identificar, de nos colocar sempre ao lado delas (as vítimas). Faço peças sobre violência doméstica não porque me afecta pessoalmente, mas porque afecta todas as mulheres; porque acima de tudo eu sei que esta mensagem que vou dar vai chegar, vai ser consumida e vai servir para mudar alguma coisa. Vai levar tempo, é verdade, mas é um daqueles discos que tens que deixar tocar, tens que continuar a bater, a incomodar. Toda a pessoa tem direito à vida e eu sou uma pessoa muito sensível. Quando agredem alguém fisicamente, psicologicamente, moralmente, isto me afecta e acho que tenho essa obrigação de fazer com que as pessoas mudem de comportamento. É por isso que dou mais atenção, preparo-me, vejo que abordagem vou usar...

Você poderia dar alguns exemplos? Quais são os cuidados que você recomendaria na hora de produzir uma peça sobre VBG?

O importante é proteger a vítima, porque ela já sofreu, foi agredida e uma nova exposição vai fazer com que sofra um outro tipo de violência. Onde a pessoa está inserida, na comunidade, na escola, há uma forma diferente de entender a realidade. Tem que haver um cuidado com tudo o que se ouve. O que a pessoa agredida vai dizer, o agressor, os familiares, o que a Polícia, a Justiça vão dizer. Tem que aprimorar tudo, senão a mensagem pode ser como um tiro que sai pela culatra. Pode não ser o título que você deseja, a mensagem não ser aquela que você queria transmitir e ser uma mensagem contrária, que piore a situação da pessoa que você quer proteger, então, é importante que haja esse tipo de cuidado. O que você vai escrever, como vai escrever e dares protecção à própria vítima.

Você considera que, em geral, o jornalista tem essa sensibilidade?

Infelizmente não tem. Principalmente quando falamos de televisão. Como dizem que a televisão é um espectáculo, então, não podemos deixar de mostrar aquilo que as pessoas querem ver. Se a pessoa foi violada, a mídia deve mostrar que essa pessoa foi violada, se há um violador

Eles dizem: “vocês fazem isso porque são mulheres”. Eu gostaria de ver homens envolvidos, a fazerem matérias sobre género, porque acho que iria ajudar a melhorar.

também deve ser mostrado. Mas em alguns momentos temos de proteger o próprio agressor, porque pode ser agredido pela população, pela comunidade, até ser morto só por causa de uma reportagem. Imagine que é só suspeita e não é ele? Então, as televisões descrevem muito as coisas como foram feitas, mostram e as pessoas gostam. É preciso ter cuidado, nem sempre temos de fazer só porque as pessoas gostam. Infelizmente, não tem havido esse tipo de protecção, querem vender, querem estar lá em cima, querem ser a televisão número um, o jornal mais vendido, a rádio mais ouvida e sabem fazer disso uma coisa polémica. Infelizmente acontece.

Pela sua experiência, é possível produzir material sobre esses temas sem expor a vítima, sem sensacionalismo?

Não é fácil, mas é possível. Isso também depende muito dos nossos editores, porque a maioria está preocupada em projectar a sua empresa, fazer com que ela seja vista. Se um repórter chega e diz que a peça não pode ser conduzida daquela maneira, o chefe vai responder que tem que ser da outra forma, não concorda. Ele pensa que ninguém vai assistir a reportagem, não vai ser destaque, ninguém vai falar nela se não for do seu jeito. Então é difícil, mas é possível. Aliás é essa a nossa luta, a minha pessoal, mas as pessoas responsáveis, editores de jornais, devem ser compreensivas e muitas vezes isso não acontece.

Que tipo de formação você acha que seria mais útil para os jornalistas?

Se fizessem formação com os editores de jornais, eu acho que melhoraria porque acredito que não seria uma daquelas em que eles vão lá assistir apenas. Teria que ser uma formação que estimulasse mudanças na forma de abordagem, porque na maioria dos jornais há secções, tem pessoas que trabalham em cada área, então poderiam trabalhar com jornalistas daquela área, iam sensibilizar, sentar todos juntos, para ver o que nós todos podemos fazer para não afectar e não seguir essas linhas sensacionalistas.

Você tem idéia de uma outra estratégia que poderia ser útil para além de formações?

Nós estivemos a trabalhar aqui com uma jornalista portuguesa, não na área de género mas no jornalismo em geral, e nessa altura ela fez algo que nós achamos muito positivo porque trabalhava aqui directamente connosco. Não eram aquelas formações da pessoa ir sentar porque em algum momento você perde o interesse, enquanto que quando está aqui é “o que vamos fazer hoje, a pauta é essa, como é que vai ser abordado isso, qual é a abordagem que vai fazer”. Participar ali directamente, isso nos despertou e nos acordou a todos. A minha sugestão é que se fizesse uma coisa dessas com os editores, as pessoas responsáveis pelos jornais, a coisa melhoraria.

Então, as televisões descrevem muito as coisas como foram feitas, mostram e as pessoas gostam. É preciso ter cuidado, nem sempre temos de fazer só porque as pessoas gostam. Infelizmente, não tem havido esse tipo de protecção, querem vender, querem estar lá em cima, querem ser a televisão número um, o jornal mais vendido, a rádio mais ouvida e sabem fazer disso uma coisa polémica. Infelizmente acontece.



Não é bom só trazermos coisas negativas, é preciso trazer coisas positivas que motivam as outras pessoas a dizerem: “Olha, não desistas, isto é um processo, muitos países passaram por isto, vamos chegar lá, mas isto é um processo, eles chegaram lá...”

Porque é importante para os estudantes e jovens jornalistas ter um olhar, uma sensibilidade para as questões de género e de violência contra mulheres e raparigas?

Porque a melhor forma de alcançarmos o nosso objectivo, que é ver a nossa reportagem a ter impacto na sociedade, mudar a opinião das pessoas, é escrevermos de acordo com aquilo que está a acontecer, deixar o passado, não olhar aqueles exemplos antigos, mas tentar fazer uma abordagem que vai marcar a diferença. Às vezes temos pessoas que dão essas idéias, mas para que elas saiam do papel é preciso o editor não barrar, então esses jovens devem ter a coragem e não só, convencer o editor que é possível fazer e que o impacto será outro. Acredito que se esses jovens entrarem com uma nova forma de ser e estar as coisas podem mudar.

Algum assunto chamou mais a sua atenção na cobertura da mídia?

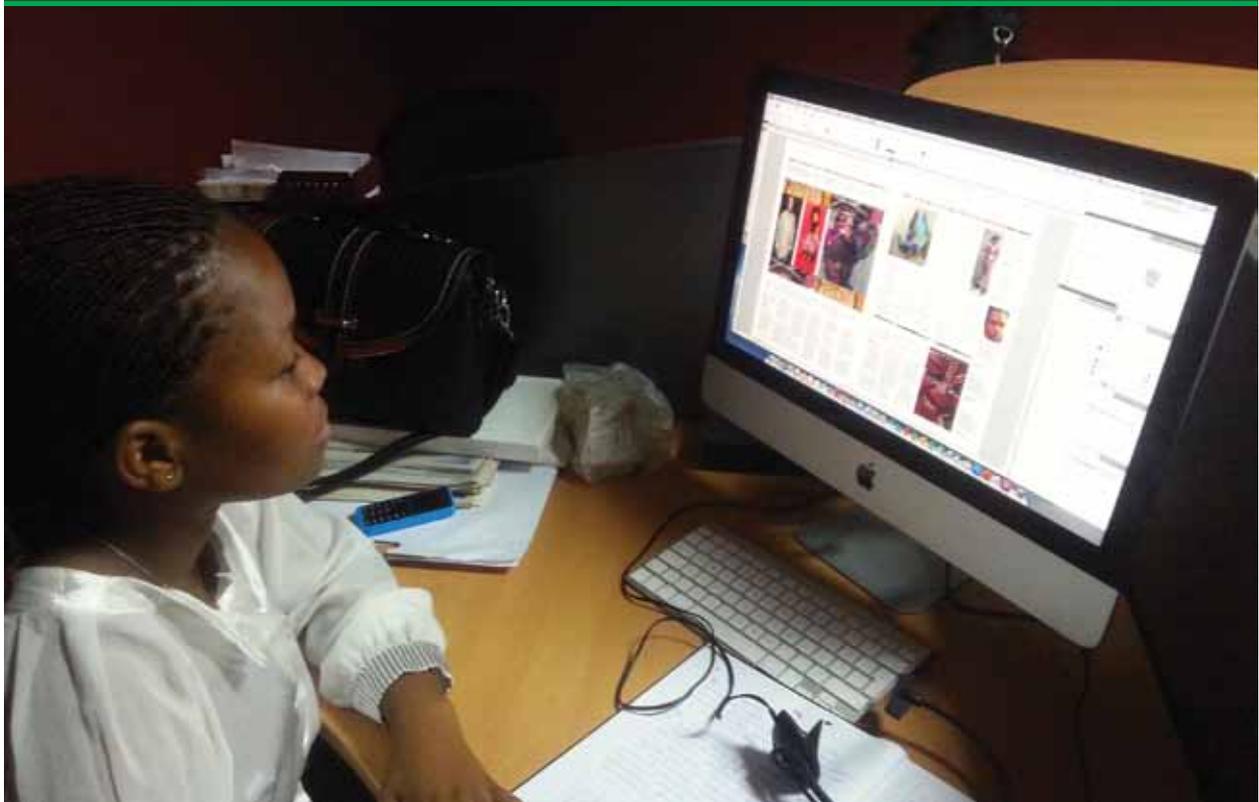
Se calhar, falando na área de género, eu poderia destacar a reportagem que fiz sobre mulheres que eram vendedoras informais, estavam no ramo de comércio informal e que hoje em dia são empresárias. Então são mulheres que não tinham nada, começaram vendendo doces ali e hoje elas mostraram que podem fazer muito pelo país, porque já são empresárias de sucesso. Não é bom só trazermos coisas negativas, é preciso trazer coisas positivas que motivam as outras pessoas a dizerem: “Olha, não desistas, isto é um processo, muitos países passaram por isto, vamos chegar lá, mas isto é um processo, eles chegaram lá...”

VIII. CONCLUSÕES

Participantes de oficina sobre igualdade de género, em Nampula.



- São necessárias formações sobre género e VBG para jornalistas incluindo:
 - ▶ Aspectos legais;
 - ▶ Identificação e análise de dados estatísticos (Jornalismo de Dados);
 - ▶ Orientações práticas para a protecção de vítimas;
 - ▶ Como construir uma agenda da mídia que seja relevante.
- Não existe iniciativa de seguimento de casos ou de aplicação de leis e políticas.
- A maior parte das reportagens não integra informações sobre o que fazer, onde ir e direitos;
- Para uma efectiva incorporação da sensibilidade de género, deve-se incluir editores nos processos de formação. Dada a fraca adesão desses profissionais aos debates externos, sugere-se que se promovam actividades dentro das redacções.
- Ainda há espaço para a produção de maior volume de textos sobre género e VBG. Hoje, eles estão concentrados no primeiro semestre.
- Há veículos de mídia que não noticiaram VBG no ano passado.
- Apenas uma peça sobre o público LGBT foi divulgada em 2014.



Jornalista Lucinda Alfândega (SOICO) durante treinamento para trabalhar no desenvolvimento de novos produtos de mídia.

IX. RECOMENDAÇÕES

Jovem da Região Norte: trabalhos domésticos são mais valorizados do que o estudo em certas comunidades.

- É necessário reflectir sobre quem geralmente cobre determinados tipos de matéria ou assunto e porquê.
- Processo de identificação, selecção e posterior aproveitamento das fontes deve ser mais rigoroso.
- Identificar o que é feito com os comunicados de imprensa que chegam à redacção, produzidos por movimentos/associações de mulheres, organizações não-governamentais que chamam para esse tema.
- Na abordagem de casos de VBG é necessário aplicar critérios para a realização de um bom jornalismo, da mesma forma que uma matéria sobre economia, saúde pública, eleições... com alguns diferenciais importantes, tais como:
 - ▶ Identifique-se como jornalista, explique a matéria, por que seria pertinente ter o depoimento de alguém que passou por uma situação de violência.

- ▶ Verifique em que língua a fonte se sente mais à vontade e segura para conversar consigo: em português ou na língua local? Caso seja na língua local, e você não tenha domínio sobre a mesma, não ignore esse factor de comunicação. Busque alguém de confiança que possa fazer essa tradução.
- ▶ Peça permissão para gravar a entrevista. E quando terminar, agradeça.
- ▶ Lenço, água – atitudes simples que podem fazer com que a fonte se sinta mais à vontade para falar.
- ▶ Informe a fonte sobre o teor do material que você produzirá, sinalize o contexto em que a imagem dessa fonte irá aparecer.
- ▶ Não coloque palavras na boca da personagem. Deixe que a fonte se expresse. Pessoas vítimas de violência podem apresentar dificuldades de formular um discurso organizado, pela natural mobilização emocional.
- ▶ Lembre-se que nem sempre o relato fará todo o sentido que se deseja. Isso ocorre com muitas vezes com vítimas de violência de género.
- ▶ Não prometa o que não tem condições de cumprir. Por exemplo, que enviará cópia do texto jornalístico.
- ▶ Vá além do factual na sua abordagem – contextualize, regionalize a sua matéria.
- ▶ Procure saber sobre projectos, acções locais de intervenção nesse tipo de violência. procure especialistas sobre a temática, se houver.
- ▶ Procure saber sobre serviços de atendimento a vítimas de VBG, políticas previstas, leis...
- ▶ Cuidado com a linguagem. Por exemplo: no caso de violação, trata-se de um crime. Não é sexo ou relação sexual. Outro exemplo: tráfico de mulheres não é o mesmo que prostituição. Mulheres traficadas podem vir a ser objecto de exploração sexual – ou seja, serem obrigadas a se prostituir.
- ▶ Tenha atenção à própria linguagem corporal – expressões de horror, nojo, susto... o mesmo vale para posturas de lamentação, vitimização.
- ▶ VBG tem relação directa com poder e controlo. Portanto, fuja ao senso comum de tratar o comportamento da vítima como causador da situação pela qual ela está passando. Por exemplo, basear-se em descrições do vestuário da vítima.
- ▶ Conduzir uma conversa (em especial, uma escuta) não julgadora, não culpabilizadora, não simplificadora da experiência vivida pela fonte. Exemplo? “Mas você foi passar naquele lugar, àquela hora, sozinha?”; “Mas por que você não pediu ajuda antes?”
- ▶ A fonte tem o direito de dizer não à entrevista – por medo, vergonha, insegurança... Não se deve em nenhuma circunstância, criticá-la por isso.
- ▶ Se a fonte disse sim, prever um local, horário, circunstância que favoreçam a segurança da pessoa durante a entrevista.
- ▶ Se a fonte disse sim, mas pediu sigilo sobre sua identidade, assumir absoluta responsabilidade para com esse compromisso. O que inclui acompanhar todo o processo posterior de produção do material.
- ▶ Uma forma de preservar a identidade da/o entrevistada/o é fazer a imagem da fonte em contraluz. Não use tarjas pretas, pois esse efeito produz uma leitura criminalizadora, discriminatória da personagem.

Dica sobre aquela pergunta: “Como se sente?”

Prefira perguntar da seguinte forma: “Sei que não tenho como saber o que você está passando agora. Gostaria de compartilhar comigo e com as pessoas que nos (ouvem/ assistem) o que pensa e sente, neste momento?”

X. COMO SABER MAIS



Para apoiar a execução das recomendações para uma abordagem jornalística de qualidade sobre Género e Violência Baseada no Género, sugere-se algumas referências de leitura e consulta, todas disponíveis na internet. Reitera-se que a lista abaixo foi composta com indicações básicas, que podem ser enriquecidas com a apuração necessária à produção de qualquer peça jornalística.

Um bom jornalismo vai além do factual, contextualiza, regionaliza a matéria. Não perde oportunidades de pesquisar informações sobre o que fazer e aonde ir do ponto de vista do público foco da notícia. Investiga se existem leis, serviços, sectores governamentais e especialistas na área, de forma a evitar cair em lugares comuns. No caso de género e VBG, isto é especialmente importante porque significa ultrapassar abordagens simplificadoras ou até culpabilizadoras das vítimas de violência. Portanto, é fundamental agregar novos conhecimentos.

Referências Nacionais

Constituição da República de Moçambique (2004)

<http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>

Lei da Revisão do Código Penal (Lei n. 35/2014) –

http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Lei-35_2014Codigo_Penal.pdf

Lei do Direito à Informação (Lei n. 34/2014)

<http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/LeiDireitoaInformacao.pdf>

Lei sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher (Lei n. 29/2009)

http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Lei_VD_2009.pdf

Como reportar questões LGBT na mídia, 2014. LAMBDA

<https://www.lambdamoz.org/index.php/recursos/brochuras/10-como-abordar-questoes-lgbt-nos-midia/file>

Eleições Autárquicas de 2013. Participação e Representação de Mulheres, 2014. WLSA (Mulher e Lei na África Austral - Moçambique) – <http://www.wlsa.org.mz/eleicoes-autarquicas-de-2013-participacao-e-representacao-de-mulheres-e-homens/>

Guia para Atendimento Integrado às Vítimas de Violência, 2012 (Ministério da Saúde, Direção Nacional de Assistência Médica)

http://reprolineplus.org/system/files/resources/GBV_Guide_Pt.pdf

Relatório de Moçambique Beijing+20 sobre a Implementação da Declaração e Plataforma de Acção, 2014. República de Moçambique, Ministério da Mulher e Acção Social

http://www.unwomen.org/~media/Headquarters/Attachments/Sections/CSW/59/National_reviews/Mozambique_review_Beijing20.pdf

Ritos de Iniciação no Contexto Actual, 2013. WLSA (Mulher e Lei na África Austral- Moçambique)

<http://www.wlsa.org.mz/ritos-de-iniciacao-no-contexto-actual/>

Referências Internacionais

Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), Organização Internacional do Trabalho (OIT). Piores formas de trabalho infantil: um guia para jornalistas. Brasília, ANDI, OIT, 2007. <http://www.oit.org.br/node/347>

Basthi, Angélica (org. e ed.). Guia para Jornalistas sobre Género, Raça e Etnia. Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Género, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais-1/catalogo/orgao-essenciais/secretaria-de-politica-para-mulheres/programa-interagencial-de-promocao-da-igualdade-de-genero-raca-e-etnia/guia-para-jornalistas-sobre-genero-raca-e-etnia>

Bucqueroux, Bonnie; Seymour, Anne. A guide for journalists who report on crime and crime victims. Justice Solutions/NPO, Office for Victims of Crime, Office of Justice Programs, U.S. Department of Justice, 2009. <http://www.mediacrimevictimguide.com/journalistguide.pdf>

Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), 1979. Ratificada pela Assembleia da República de Moçambique em 1993 (resolução nº 4/1993 - BR, I Série, nº 22, de 2/6/1993) – http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/CEDAW_portugues.pdf

Guia Prático para Jornalistas. Cobertura jornalística sobre a violência, abuso sexual e exploração da criança. UNICEF, 2007.

http://www.unicef.org/mozambique/Guia_para_jornalistas_violencia_contra_crianças_190607.pdf

Manual de Boas Práticas Jornalísticas no Combate à VBG, 2014. Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade do Género (ICIEG) – <https://pt.scribd.com/doc/256186096/Manual-de-Boas-Pra-ticas-Jornali-sticas-no-Combate-a-VBG>

Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, sobre os Direitos das Mulheres, 2004. Ratificada em 2006 – <http://www.achpr.org/instruments/women-protocol/>

Protocolo da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) sobre Género e Desenvolvimento, 2008 http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Protocol_on_gender_Portuguese.pdf

Starr, Kelly; Washington State Coalition Against Domestic Violence (WSCADV). Covering domestic violence. A guide for journalists and other media professionals. Washington, WSCADV, 2008. <http://www.edvp.org/Documents/MediaGuide.pdf>



USAID

Os Estados Unidos têm uma longa história de assistência internacional às pessoas que lutam por uma vida melhor. É uma trajetória que reflecte, ao mesmo tempo, a compaixão do povo americano e o apoio à dignidade humana, assim como os propósitos da política externa do país. Com a intenção de apoiar estes princípios, o Presidente John F. Kennedy criou, através de uma ordem executiva de 1961, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A assistência internacional dos EUA sempre teve o duplo objectivo de promover os interesses dos Estados Unidos ao mesmo tempo que procura melhorar as condições de vida no mundo em desenvolvimento. A USAID implementa a política externa dos EUA, fomentando o desenvolvimento humano em grande escala, expandindo sociedades livres e estáveis, criando mercados e parceiros de negócio e promovendo a boa vontade no exterior.

A USAID trabalha em mais de 100 países para:

- ✓ Promover uma ampla partilha da prosperidade económica;
- ✓ Fortalecer a democracia e a boa governação;
- ✓ Proteger os direitos humanos;
- ✓ Melhorar a saúde global,
- ✓ Melhorar a segurança alimentar e a agricultura;
- ✓ Melhorar a sustentabilidade ambiental;
- ✓ Desenvolver a educação;
- ✓ Ajudar as sociedades na prevenção e na recuperação de conflitos e
- ✓ Prestar assistência humanitária em situações de desastres naturais ou provocadas pelo homem.

IREX

A IREX é uma organização internacional sem fins lucrativos que através de programas inovadores e de liderança promove mudanças duradoiras ao nível global. A IREX facilita indivíduos e instituições locais na construção de elementos-chave para uma sociedade vibrante: educação de qualidade, meios de comunicação independentes e comunidades fortes. Para fortalecer esses sectores, as actividades do programa também incluem a resolução de conflitos, a tecnologia para o desenvolvimento, género e juventude. Fundada em 1968, a IREX tem uma carteira de projectos anual de mais de US\$ 70 milhões e uma equipa de mais de 400 profissionais em todo o mundo. A IREX emprega métodos testados no campo e usos inovadores de tecnologias para desenvolver soluções práticas e localmente orientadas para os seus parceiros em mais de 100 países.

O Programa Para Fortalecimento da Mídia em Moçambique é financiado pelo Governo dos Estados Unidos da América, através da sua Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e implementado pela IREX.



Programa Para Fortalecimento da Mídia em Moçambique
Mozambique Media Strengthening Program

IREX Moçambique

Av. Ho Chi Minh 1174 | Maputo | Moçambique

T: (+258) 21 320 090 | C: (+258) 82 308 5215

maputo@irex.org | www.irex.org.mz



USAID
DO POVO AMERICANO

